



# DIÁRIO OFICIAL

## D O D I S T R I T O F E D E R A L

ANO XLVI EDIÇÃO Nº 59

BRASÍLIA - DF, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MARÇO DE 2017

### SUMÁRIO

	SEÇÃO I PÁG.	SEÇÃO II PÁG.	SEÇÃO III PÁG.
Poder Legislativo.....	1		45
Poder Executivo .....	1	17	
Governadoria.....		18	
Vice Governadoria.....		19	
Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais.....	1	19	45
Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.....		19	46
Secretaria de Estado de Fazenda.....	5	19	47
Secretaria de Estado de Saúde.....	6	20	48
Secretaria de Estado de Mobilidade .....	7	21	49
Secretaria de Estado de Educação .....	7	22	
Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável .....	8	36	50
Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos.....	9		50
Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.....		36	51
Secretaria Estado da Segurança Pública e da Paz Social.....	9	36	51
Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania.....		41	
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos .....	9	41	53
Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação .....	10		78
Secretaria de Estado Das Cidades.....	15	41	79
Secretaria Estado do Meio Ambiente .....	16	42	
Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude.....		42	
Secretaria de Estado de Cultura.....		43	80
Secretaria de Estado de Esporte, Turismo e Lazer.....	16	43	84
Procuradoria Geral do Distrito Federal.....	16	44	
Controladoria Geral do Distrito Federal.....		44	
Tribunal de Contas do Distrito Federal.....		44	
Ineditoriais .....			85

### SEÇÃO I

#### PODER LEGISLATIVO

##### CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA (\*)

Em 21 de março de 2017.

PROCESSO: 001.000.154/2016; INTERESSADO: 3EX COMÉRCIO DE PROD. DE INFORMÁTICA LTDA; ASSUNTO: Reconhecimento de Dívida para pagamento de glosa aplicada sobre a fatura de locação nº 2008, referente a serviços prestados em dezembro 2016 (fl. 870), conforme despacho da comissão executora do contrato (fl. 943) RECONHECEREMOS A DÍVIDA, AUTORIZAMOS a realização da despesa, determino a emissão da Nota de Empenho, da Nota de Lançamento e da Ordem Bancária em favor do credor 3EX COMÉRCIO DE PROD. DE INFORMÁTICA LTDA, valor R\$4.649,42 (quatro mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e dois centavos). Publique-se e encaminhe-se para pagamento.

ANDRÉ LUIZ PEREZ NUNES

(\*) Republicado por ter sido encaminhado com incorreção no original, publicado no DODF nº 48, de 10/03/2017, pág. 26.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 50012017032700001

#### PODER EXECUTIVO

##### CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

RESOLUÇÃO Nº 82, DE 7 DE MARÇO DE 2017

Autorizar o lançamento de Edital de Chamamento Público de Manifestação de Interesse do SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO DE VEÍCULOS - ZONA AZUL.

O CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CGP, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 3.792, de 02 de fevereiro de 2006, alterada pelas Leis nºs 4.167 de 02 de julho de 2008 e 4.828 de 04 de maio de 2012, Decreto nº 35.286 de 1º de abril de 2014 e o Decreto nº 36.554 de 17 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar o lançamento de Edital de Chamamento Público de Manifestação de Interesse para a realização de estudos de modelagem técnica, econômico-financeira e jurídica referente à implantação, operação, manutenção e gerenciamento do Sistema de estacionamento rotativo pago de veículos - Zona Azul, em conformidade com o Decreto nº 36.554, de 17 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 07 de março de 2017.

RODRIGO ROLLEMBERG

Governador e Presidente do Conselho

##### SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL, RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E SOCIAIS

##### AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO Nº 45, DE 23 DE MARÇO DE 2017

O DIRETOR PRESIDENTE ADJUNTO DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições delegadas pela Instrução nº 20, de 12/08/2010, combinada com os incisos II e III do art. 5º do Regimento Interno aprovado pela Instrução nº 098, de 30/07/2016, com fundamento no art. 211, combinado com o inciso II do § 1º do Art. 255, todos da Lei Complementar nº 840/2011, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a contar do dia subsequente ao vencimento, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Disciplinar instaurada pela Instrução nº 09, de 26/01/2017, com o objetivo de dar continuidade à apuração das supostas irregularidades relacionadas no Processo nº 361.001.374/2015.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER MARTINS RAMOS

INSTRUÇÃO Nº 46, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

O DIRETOR PRESIDENTE ADJUNTO DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições delegadas pela Instrução nº 20, de 12/08/2010, combinada com os incisos II e III do art. 5º do Regimento Interno aprovado pela Instrução nº 098, de 30/07/2016, com fundamento no art. 211, combinado com o inciso II do § 1º do Art. 255, todos da Lei Complementar nº 840/2011, RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a contar do dia subsequente ao vencimento, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Disciplinar instaurada pela Instrução nº 18, de 26/01/2017, com o objetivo de dar continuidade à apuração das supostas irregularidades relacionadas no Processo nº 361.001.375/2015.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER MARTINS RAMOS

##### TRIBUNAL DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 24 DE MARÇO DE 2017

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JULGAMENTO ADMINISTRATIVO, DA AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de atribuições que lhe confere o artigo 14 da Instrução Normativa nº 098, de 30 de julho de 2016, Regimento Interno do TJA, e de acordo com o art. 49 do mesmo Regimento Interno; e conforme os ditames da Lei nº 2.834, de 07 de dezembro de 2001 que recepciona a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no que dispõe o parágrafo 3º, do art. 11 e no inciso III e no parágrafo 2º, do art. 12, da Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011, fundamentado no inciso III, do art. 11 e no parágrafo 2º, do art. 12, do Decreto nº 33.269, de 18 de outubro de 2011; a Lei nº 4.150, de 05 de junho de 2008, fundamentado no Decreto nº 36.944, de 03 de dezembro de 2015, RESOLVE:

Art. 1º Tornar pública a correção de acórdãos referentes aos processos administrativos fiscais, julgados pelo TJA/AGEFIS, mantendo os efeitos dos Autos de Infração, das pessoas físicas e jurídicas abaixo relacionadas;

Documento assinado digitalmente conforme MP n 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.